

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ/SC  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**LORRAYNA MARIA FREITAS LIMEIRA**

**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO INTERIOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
CONHECENDO OS EFEITOS DAS ATIVIDADES COM JOVENS E  
ADOLESCENTES EM CHAPECÓ/SC**

**CHAPECÓ**

**2023**

**LORRAYNA MARIA FREITAS LIMEIRA**

**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO INTERIOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
CONHECENDO OS EFEITOS DAS ATIVIDADES COM JOVENS E  
ADOLESCENTES EM CHAPECÓ/SC**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), para aprovação na disciplina de Trabalho de conclusão de curso II.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Rafael Santos Leitão

**CHAPECÓ**

**2023**

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Limeira, Lorryna Maria Freitas  
MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO INTERIOR DA ASSISTÊNCIA  
SOCIAL: CONHECENDO OS EFEITOS DAS ATIVIDADES COM JOVENS  
E ADOLESCENTES EM CHAPECÓ/SC / Lorryna Maria Freitas  
Limeira. -- 2023.  
48 f.

Orientador: Prof.º Dr.º Leonardo Rafael Santos  
Leitão

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em Ciências Sociais, Chapecó, SC, 2023.

1. Desigualdade social. 2. Ressocialização. 3.  
Medidas socioeducativas. 4. Violência institucional. I.  
Leitão, Leonardo Rafael Santos, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


**LORRAYNA MARIA FREITAS LIMEIRA**

**MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO INTERIOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
CONHECENDO OS EFEITOS DAS ATIVIDADES COM JOVENS E  
ADOLESCENTES EM CHAPECÓ/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de graduado.


Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 25/11/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **LEONARDO RAFAEL SANTOS LEITAO**  
Data: 27/11/2023 14:02:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

**Prof.º Dr.º Leonardo Rafael Santos Leitão — UFFS**  
**Orientador**

Documento assinado digitalmente  
 **ADILES SAVOLDI**  
Data: 28/11/2023 10:20:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.ª Dr.ª Adiles Savoldi — UFFS**  
**Avaliadora**

Documento assinado digitalmente  
 **CLAUDETE GOMES SOARES**  
Data: 28/11/2023 09:55:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.ª Dr.ª Claudete Gomes Soares — UFFS**  
**Avaliadora**

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre acreditou no meu potencial e me incentivou a não desistir. Ao meu orientador, que se dedicou junto comigo para que eu pudesse terminar minha graduação. E a Lucas, que se sentiu tão bem representado quanto eu por este projeto.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que estiveram presentes durante a minha jornada acadêmica e que de certa forma, contribuíram para que eu estivesse hoje, me formando. Tenho um carinho enorme pela UFFS, local que me proporcionou as oportunidades que, infelizmente, me foram negadas em outros lugares. Saio da graduação de cabeça erguida e bastante orgulhosa do que desenvolvi junto a comunidade acadêmica da universidade, como discente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Por fim, agradeço à comunidade de onde vim por construir, junto comigo, um olhar mais sensível para nossa realidade, para que eu pudesse acessar este espaço de privilégio que é cursar uma graduação em universidade pública no Brasil, valorizando e legitimando nossas perspectivas, para além da periferia.

## RESUMO

Este trabalho mostra a dinâmica das atividades de ressocialização no interior do CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) apontando suas limitações e/ou possibilidades de ação, com jovens e adolescentes na unidade extensiva do serviço, conhecida como “Inovamente”, em Chapecó/SC. A realização deste projeto se dá na necessidade de apresentar a atuação do serviço de assistência social na região, considerando o papel da legislação que institui o serviço e sua aplicabilidade, pois enquanto dever do Estado, o serviço de assistência social é uma política pública que surge para promover a seguridade social. Nesse sentido, dialoga-se sobre a efetividade das atividades ressocializadoras ofertadas pelo CREAS, através dos programas de Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), com foco nos participantes de ambos os projetos (crianças e adolescentes entre 12 e 21 anos). A análise aqui descrita tem como metodologia, a pesquisa qualitativa a partir de entrevistas semi estruturadas a partir de um trabalho de campo no Inovamente, usando os conceitos de violência simbólica e capital cultural de Pierre Bourdieu para discutir as perspectivas criadas pelos jovens sobre os programas de ressocialização e os aspectos de mudança (ou não) de suas realidades marginalizadas, frente às instituições e a sociedade.

**Palavras-chave:** Assistência social; Ressocialização; Periferia; Desigualdade social; Violência institucional.

## ABSTRACT

This work shows the dynamics of resocialization activities within CREAS (Specialized Reference Center for Social Assistance) pointing out their limitations and/or possibilities for action, with young people and adolescents in the service's extensive unit, known as “Inovamente”, in Chapecó /SC. The realization of this project takes place in the need to expose the performance of the social assistance service in the region, considering the role of the legislation that establishes the service and its applicability, because as a duty of the State, the social assistance service is a public policy that arises to promote social security. In this sense, there is a dialogue about the effectiveness of the resocializing activities offered by CREAS, through the Social Protection Service programs for Adolescents in Compliance with the Socio-educational Measure of Assisted Freedom (LA), and the Provision of Services to the Community (PSC), with focus on participants in both projects (children and adolescents between 12 and 21 years old). The analysis described here has as its methodology qualitative research based on semi-structured interviews within fieldwork at Inovamente, using Pierre Bourdieu's concepts of symbolic violence and cultural capital to discuss the perspectives created by young people on resocialization programs and the aspects of change (or not) of their marginalized realities, vis-à-vis institutions and society.

**Keywords:** Social assistance; Resocialization; Periphery; Social inequality; Institutional violence.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
LA	Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 METODOLOGIA</b>	<b>15</b>
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>18</b>
<b>4 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: PASSADO E PRESENTE</b>	<b>22</b>
<b>5 Conhecendo o Inovamente</b>	<b>30</b>
5.1 Primeiro dia de observação: o mercado de trabalho em pauta	32
5.2 Segundo dia de observação: Adolescência e juventude em foco	34
<b>6 Resultados e percepções sobre a reintegração dos jovens e sua relação com as medidas socioeducativas</b>	<b>36</b>
<b>7 Considerações finais</b>	<b>44</b>
<b>8 Referências</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na tentativa de conhecer mais a fundo a atuação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no município de Chapecó/SC, este trabalho mostra como ocorrem as atividades de ressocialização no interior do CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) apontando suas possibilidades de ação com jovens e adolescentes na unidade extensiva do serviço, conhecida como “Inovamente”.

Parte da minha justificativa para realização deste trabalho, é ter conhecido ocasionalmente a história de Sandro Barbosa do Nascimento, jovem criado nas ruas do centro do Rio de Janeiro, sobrevivente da Chacina da Candelária em 1993<sup>1</sup> e que teve um final trágico nos anos 2000: foi asfixiado e morto pela polícia após sequestrar um ônibus e fazer 10 pessoas reféns durante 04 horas de negociações. Além dele, uma das reféns também foi assassinada por um tiro em falso da polícia militar, que tinha como alvo, Sandro. O documentário “Ônibus 174” de José Padilha (2002) mostra o acontecimento e a vida do jovem, antes e durante o ocorrido com maior detalhe. O adolescente que cresceu entre as contradições do Estado capitalista, representa o fruto de um encontro entre uma sociedade estratificada e as instituições conservadoras. Durante sua juventude na década de 90 e para além das ruas, Sandro também frequentava lares de ressocialização para jovens infratores e com problemas familiares, vivendo entre as ruas e os abrigos institucionalizados. É possível perceber no jovem que sua condição precária enfrentada (viver em situação de rua, ser um adolescente negro, ter pouca escolaridade e não ter um lar estável) ainda não foi superada no que diz respeito aos direitos já universalizados para crianças e adolescentes no Brasil. Por este motivo e a partir da reflexão sobre o caso, surgiu a necessidade de analisar esta relação entre jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e a própria instituição regulamentadora deste processo, tão delicado.

Esta reflexão pessoal, complementa, portanto, a justificativa deste trabalho, com a necessidade de reconhecer a atuação do serviço de assistência social na região, considerando o papel da legislação que institui o serviço e sua aplicabilidade, pois enquanto dever do

---

<sup>1</sup> A Chacina da Candelária de 1993, marca um dos episódios mais trágicos contra a juventude periférica brasileira: oito jovens entre 11 e 19 anos, foram assassinados a tiros por policiais militares, no centro do Rio de Janeiro. Todos viviam em situação de rua e foram mortos, em frente a um dos pontos turísticos da cidade carioca, a Igreja da Candelária (GOMES, p. 195-196, 2007).

Estado, o serviço de assistência social é uma política pública que surge para promover a seguridade social.

A Lei orgânica de assistência social, que surge com a Constituição de 1988, é colocada primeiramente como um dos mecanismos que promovem a cidadania visando a garantia de atendimentos a grupos marginalizados socialmente, tanto pela pobreza quanto pela exclusão social. Juntamente com ela, a Política Nacional de Assistência Social também surge para reforçar a necessidade de um serviço especializado na promoção da cidadania (PIRES et al., p. 01-05).

Além de garantir os serviços básicos para a proteção social, a assistência social deve também contribuir para a inclusão de indivíduos e/ou grupos, ao acesso de bens e serviços socioassistenciais. O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é parte integrante da nova política assistencial, que prevê o desenvolvimento de uma central nacional de informações sobre o serviço, na tentativa de aprimorar a qualidade dos projetos elaborados em conformidade ao plano de assistência social. Através do SUAS, é possível conhecer o funcionamento dos locais de serviço e dar suporte às esferas locais que prestam atendimento.

O SUAS é um serviço unificado da assistência social que atende em níveis de complexidade através de seus programas nos municípios. Deste modo, o serviço prestado pela prefeitura deve seguir as normas previstas na regulamentação do SUAS. Os entes federativos concentram-se em coordenar, normalizar e distribuir as finanças para os programas, enquanto cabe ao município colocar em prática os programas vinculados à assistência social. Quanto à participação dos Estados, existe uma baixa adesão destes em desenvolver e fornecer apoio técnico aos serviços socioassistenciais e muitos Estados ainda não possuem nenhuma implementação ligada ao SUAS (PLANO PLURIANUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2017).

O município de Chapecó/SC possui o serviço de assistência social regularizado pelo SUAS, atendendo aos seus dois conceitos principais: o atendimento básico e especial. No primeiro, o serviço é prestado nas unidades do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que oferece atendimento à proteção familiar de responsabilidade preventiva. Já no segundo, o atendimento é voltado para as necessidades protetivas, nas unidades do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) (PIRES et al., p. 05–10).

Com uma atenção maior ao serviço especial, há o programa voltado para as medidas socioeducativas com adolescentes e jovens entre 12 e 21 anos que, por algum motivo, tiveram

seus direitos violados. No CREAS, há um nível de atendimento sendo caracterizado como de alta ou média complexidade. No de alta complexidade, os indivíduos perderam seus direitos e não possuem vínculos familiares, necessitando de lares ou casas de apoio. Já o nível de média complexidade, é composto por jovens que, ainda com seus direitos violados, possuem algum vínculo familiar, mesmo que minimamente (PLANO PLURIANUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2017).

Deste modo, ao pensar na possibilidade de conhecer o serviço de média complexidade ofertado pelo CREAS através dos programas de Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), este TCC busca compreender como ocorrem as atividades educativas e de ressocialização com o público alvo e os impactos por elas proporcionados.

Sendo assim, o problema de pesquisa deste trabalho reflete a necessidade de conhecer os impactos das medidas socioeducativas no serviço de média complexidade, ofertado pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). A observação ocorrerá com os projetos de Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), regulamentado dentro do CREAS de Chapecó/SC, mas em uma unidade extensiva conhecida como Inovamente (local das atividades). Quem participa deste projeto são adolescentes e jovens entre 12 a 21 anos, que tiveram seus direitos violados e/ou que cometeram algum ato infracional.

Pensando nisso, este TCC traz consigo a óptica de Bourdieu como caminho que dá sentido à análise proposta. Através da reflexão proposta por Pierre Bourdieu em “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura” (NOGUEIRA *et al.*, 2001) — onde o autor aponta haver uma lógica operante nos meios de ensino que, antes de aprimorar o conhecimento, o conserva com base na cultura dominante — surgiu a curiosidade de observar em outros tipos de instituições educacionais como o ofertado pela assistência social, se os efeitos descritos por Bourdieu são os mesmos ou se alteram.

Quando Bourdieu (NOGUEIRA *et al.*, 2001) comenta que o atual modelo de escola reforça os privilégios e regula um sistema pautado em desigualdades, podemos evidenciar tal fato olhando para o sistema público escolar de ensino brasileiro, que, devido a sua precariedade, não dá condições mínimas para que seus estudantes de baixa renda possam ter melhores oportunidades. Pensando nos projetos vinculados à assistência social que definem

atividades com adolescentes e jovens em uma situação de alta precariedade, seria possível que as medidas socioeducativas na assistência social causem os mesmos efeitos descritos pelo autor?

Ao ocupar o espaço da assistência social e ver um local nesta instituição de questionamentos, os resultados desta pesquisa qualitativa terão como segmento de análise os escritos de Bourdieu sobre a escola conservadora, usado neste caso para refletir os meios de ensino institucionais (como as propostas de ressocialização disponibilizadas pela assistência social) e levantar o debate sobre a possível permanência de uma educação com bases tradicionais e conservadoras, para além do campo escolar comum. Isto quer dizer que, a partir da observação dos programas LA e PSC, poderemos exemplificar este fenômeno descrito por Bourdieu ao conhecer a relação do público alvo com as atividades socioeducativas e como se dá o processo de reconhecimento da própria realidade do indivíduo com o campo social ao qual ele está inserido.

É preciso lembrar que cada adolescente e jovem inserido nestes programas possui uma identidade pessoal e um motivo para estar cumprindo ali, uma ordem de permanência, mas até que ponto estas atividades os fazem refletir sobre a identidade social ao qual estes indivíduos pertencem? Até que ponto as propostas socioeducativas criam pontes de reflexão acerca das próprias instituições que estão presentes no cotidiano do público alvo, considerando inclusive os motivos para que estes sejam participantes de programas de ressocialização?

Através destas problematizações, os registros a serem obtidos pela observação participante buscam evidenciar, no campo de análise, as necessidades e as possibilidades das medidas socioeducativas e suas formas de serem trabalhadas com o público alvo, com fim de apresentar e caracterizar não somente a vida de um jovem que faz parte de um projeto de ressocialização, mas um jovem que está se preparando para reconhecer a si, as suas próprias atitudes e as circunstâncias do mundo que o cerca. Este trabalho busca no conhecimento sobre as medidas de ressocialização no interior das assistências sociais pelo país, a compreensão de um sistema que atinge não somente o ensino regular como proposto por Bourdieu, mas que regula também outros mecanismos institucionais. Logo, o objetivo geral é evidenciar a realidade da assistência social e suas políticas de apoio a crianças e jovens e, enquanto objetivos específicos, compreender o cotidiano das atividades de ressocialização, bem como os efeitos que estas proporcionam socialmente aos seus envolvidos e a dinâmica exposta dentro dessa realidade, considerando através da pesquisa de campo, o trabalho de Bourdieu

que dá sentido às práticas exercidas dentro deste ambiente pedagógico. Por fim, reconhecer nos processos institucionalizados pela assistência social, as possibilidades de atuação diante da condição social com a qual trabalham.

## 2 METODOLOGIA

O serviço de média complexidade voltado para casos de relevância social problemática é pensado na assistência social, como método que define possibilidades de atuação com grupos em vulnerabilidade. Logo, pensando no programa de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o público alvo destes projetos são jovens e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou que cometeram alguma ação infratora e que, ao participarem das atividades de ressocialização na assistência social pelo CREAS, possuem novas perspectivas quanto a própria realidade.

A metodologia qualitativa tem como pressuposto fazer com que o sociólogo interprete a ação do sujeito e/ou do ambiente a partir de conceitos sociológicos, dando sentido às práticas observadas. Utilizar a pesquisa qualitativa é pensar, portanto, que não há uma linha tênue entre o falso e o verdadeiro, mas sim possibilidades de sair da zona do óbvio e produzir algo para além da superficialidade dos fenômenos em observação. O estudo de interações cotidianas, como o que proponho como base da produção desta análise, prevê a oportunidade de realizar uma observação participante utilizando entrevistas como ferramenta de pesquisa diante do público alvo. Logo, a observação participante outsider, que considera a inserção do pesquisador no meio observado de forma passiva e que relata por meio de um diário de campo e entrevistas sobre o cotidiano das interações sociais, é a que será utilizada neste trabalho (CEBRAP, p. 09-10, 2016).

A necessidade de utilizar da análise qualitativa aqui é sustentar a compreensão do fenômeno estudado com caráter mais humanizado e empático, e partir da triangulação na pesquisa qualitativa, busca-se entender as perspectivas da realidade do objeto amplamente, unindo diferentes técnicas qualitativas. A triangulação surge como método a partir das ciências exatas, sendo pensada para medir a posição e distância de um ponto, de modo a observar sua relação com outros dois pontos, formando assim, um triângulo. O método é bastante comum nas áreas da saúde e possui o intuito de identificar resultados diferentes de um mesmo objeto de pesquisa. Nas ciências humanas, a triangulação foi adaptada e considera a noção ou interpretação de um fenômeno social por uma, ou mais perspectivas (SANTOS *et al.*, p. 659, 2020).



A triangulação é pensada pelos autores das ciências humanas em 5 categorias segmentadas da seguinte forma: 1) triangulação a partir de diferentes fontes de dados, que podem ser construídos em momentos distintos e por pessoas distintas; 2) múltiplos pesquisadores sobre um mesmo objeto de pesquisa, visando a não centralidade da ótica de um único investigador; 3) triangulação de teorias, que visa compreender e enriquecer o conhecimento sobre o universo observável por meio de uma ou mais teorias; 4) metodológica, que propõe a utilização de um único método (intramétodo) ou métodos distintos (intermétodo) na produção da pesquisa; 5) triangulação ambiental, que considerará o ambiente, horário e estação que podem interferir na obtenção dos resultados (SANTOS *et al.*, p. 658-660, 2020).

Usando a triangulação intermétodo para auxiliar na estruturação deste estudo, a construção deste TCC se dará, portanto, a partir da observação participante com entrevistas semi estruturadas e a pesquisa documental. A observação tem por finalidade, coletar e registrar dados evidenciando o papel das atividades de ressocialização e sua relação com seu público alvo. Por meio da observação, pretende-se, portanto, compreender comportamentos típicos e os fenômenos pertencentes a este campo e sua realidade, considerando, ainda, o contexto social dos jovens e adolescentes participantes dos programas em observação, mediante entrevistas para perceber, na ótica deles, mudanças causadas pelos projetos. As entrevistas serão semi estruturadas, pois dando a elas um pouco de flexibilidade diante do roteiro prévio, será possível articular novas questões ao longo das conversas, tornando-as mais naturais.

A utilização das entrevistas semi estruturadas pretende categorizar as condições dos projetos de ressocialização a partir das considerações dos entrevistados, que serão escolhidos conforme o ponto de saturação da pesquisa. Os temas-base estarão ligados à compreensão do entrevistado e/ou participante do projeto sobre as atividades, perguntando a eles se gostam de produzir as tarefas, se interagem com os profissionais do local e se mantêm também um bom relacionamento com o corpo pedagógico da assistência social e seus colegas. Saber também se se sentem obrigados a participarem desta rotina é um fato ou se consideram que os métodos ali aplicados realmente fazem diferença, serão colocados no roteiro de entrevistas. Nesse sentido, a amostragem da análise por saturação é uma ferramenta metodológica que nos ajudará a identificar no processo de coleta de dados, a necessidade de incluir ou suspender novos entrevistados considerando a homogeneidade, ou heterogeneidade das respostas obtidas. Com isso, identificando os possíveis entrevistados por meio dos objetivos desta

pesquisa de TCC, que busca conhecer a dinâmica dos projetos de ressocialização dentro do “Inovamente”, teremos, portanto, o recorte do objeto que será trabalhado. O critério da entrevista é o tempo de participação dos jovens nos programas, pois assim, conseguindo identificar aqueles que estão há mais tempo, podemos nos aproximar e dar mais sentido à análise. Com a observação contínua dos dados, as informações adquiridas pelas respostas dos entrevistados devem refletir os objetivos da pesquisa aqui proposta. Assim, será possível construir uma análise das informações mediante uma tabela sistemática que reflete as ideias dos entrevistados, suas particularidades e/ou generalidades. Com o conjunto das análises relatadas na tabela, diante das categorias estabelecidas a partir dos objetivos, será possível relacioná-las e construir novas questões que contemplem o objeto de estudo (FONTANELLA *et al.*, p. 19, 2008).

Ao reter as informações com a pesquisa documental, a observação participante e utilizando entrevistas semi estruturadas como recurso metodológico, eu, enquanto espectadora da realidade do CREAS - especificamente, dos programas de Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) -, tenho como intenção, não perder a objetividade da pesquisa, compreendendo a dinâmica dos grupos que comumente são partes do contexto observável. Sendo assim, a análise deve ser segmentada por dias de observações, interações e entrevistas juntamente com os participantes dos programas no ambiente institucional que regulamenta o CREAS.

Com a observação participante, a coleta de dados foi realizada por meio da pesquisa documental sobre os dias observados que consideram a interação do público alvo (jovens e adolescentes entre 12 e 21 anos) com as atividades de ressocialização propostas pela equipe da assistência social na unidade extensiva do CREAS, o “Inovamente”. A pesquisa contempla, na observação participante, uma apresentação dos acontecimentos pertinentes ao objeto desta pesquisa.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

Como proposta de revisão bibliográfica, este TCC pretende abordar os conhecimentos adquiridos através do trabalho de Pierre Bourdieu e seus conceitos de capital cultural e violência simbólica para nos auxiliar a compreender com maior precisão, o papel das instituições de ensino e a relação hierárquica existente nestes espaços.

O texto, “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura” (NOGUEIRA *et al.*, 2001) é a obra que vai marcar este trabalho, uma vez que foi por meio dela que a reflexão acerca da assistência social como parte de uma estrutura reprodutora da cultura dominante, surgiu. A presente obra de Bourdieu explica como o funcionamento do atual modelo escolar é prejudicial à população comum e atua a favor de uma cultura bastante hierárquica. O autor sustenta, na crítica às instituições de ensino, a falta de novas práticas e/ou diversidades nesses espaços, quando eles são apenas uma ferramenta da ordem social que regulamenta as desigualdades, por meio de instituições como a escola.

Como complemento a essa abordagem, o texto “Os excluídos do interior” de Pierre Bourdieu e Patrick Champagne (ACCARDO *et al.*, 2001) destaca com propriedade o processo já estudado por Bourdieu, uma vez que ele relata a trajetória escolar e a instabilidade entre as instituições de ensino e seus alunos, colocando este segundo grupo como rejeitáveis diante da cultura dominante. É nesta obra que os autores falam sobre a descoberta dos princípios hediondos dos meios pedagógicos e do aprimoramento deste problema desencadeado pelas fases de ensino, como o primário e o secundário. A principal análise deste estudo feito pelos autores propõe que os estudantes menos favorecidos socialmente tendem a possuir alguma ascensão, mas construída com muito esforço e com um destino estigmatizante, uma vez que as oportunidades que estão à sua disposição, são fragilizadas pelas mesmas instituições que deveriam dar-lhes dignidade. Eles consideram que a identidade social do indivíduo marginalizado, será comumente suscetível em todos os estágios escolares, desde o fundamental ao superior, o que enfraquece, assim, a imagem dos centros de ensino diante da sociedade periférica.

Pensando assim, podemos olhar, portanto, para o campo da assistência social no município - que tem por meio do CREAS e de sua unidade extensiva, o “Inovamente” em

Chapecó/SC -, e observar que o serviço dá acesso a uma parcela da população bastante vulnerável socialmente; talvez sejam as pessoas que mais sofrem com desigualdades sociais e que podem ter ao menos, um pouco de dignidade através da instituição. Quanto a isso, sabemos que a assistência social oferece inúmeros projetos para sanar dificuldades com grupos marginalizados, mas quando pensamos nos projetos de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, a grande questão aqui é fazer perceber as práticas pedagógicas que são utilizadas com os adolescentes e jovens em prol de ressocializá-los.

A transmissão do capital cultural é bastante forte nas instituições de ensino e a relação estabelecida entre o indivíduo e uma determinada carga cultural se dá primeiramente na infância, mas é através das instituições de ensino que esse processo irá se acentuar. É assim que o capital cultural adquirido na infância, e que perpetuará na adolescência e em outras fases da vida do indivíduo, será responsável por dar a ele, a mobilidade numa sociedade estratificada, como é a sociedade capitalista (NOGUEIRA, *et al.*, p. 43-45, 2001).

A legitimidade das desigualdades sociais que é aperfeiçoada em instituições como as escolas não são modestas e o capital cultural que é transmitido para determinados grupos vai ser avaliado em conformidade com a herança hierárquica dessas instituições. Assim, temos a ação do privilégio cultural que não somente será naturalizado socialmente, mas também dará àqueles que o possuem, direito de ocupar e exigir a reprodução desta mesma cultura dominante.

A assistência social pode ser um espaço que tenta, através das ferramentas que possui, amenizar as desigualdades sociais com os grupos com quem trabalham, mas qual é a cultura hierárquica que essa instituição carrega? Seguindo os mesmos parâmetros que a escola oferece para disciplinar, há também uma estrutura que regulamenta o serviço e suas composições pedagógicas, estas que são a base das atividades de ressocialização com os adolescentes e jovens a serem observados nesta pesquisa. A dúvida aqui é compreender, portanto, como trabalhamos a ressocialização de grupos - já marginalizados socialmente - dentro de uma instituição que pode prever uma ressocialização que de fato não diminui a desigualdade, mas sim a conserva e a máscara diante da ordem social?

Com isso, e como é dito por Bourdieu sobre o capital cultural, o que pode acontecer é que grupos marginalizados e já inseridos em programas como os ofertados pela assistência social não possam nunca se equiparar com outros indivíduos em posições sociais elevadas.

Logo, a diminuição das desigualdades em espaços que buscam promover isso (como é o caso da assistência social) é pautada também a partir de valores explícitos ou implícitos e estes geralmente estão atrelados aos interesses da ordem dominante, uma vez que é por meio delas que as instituições regulamentam seu padrão hierárquico.

Quando Bourdieu (NOGUEIRA *et al.*, 2001) comenta sobre as condições das classes populares e a desvantagem desse grupo em relação aos mais abastados, há, segundo o autor, uma privação cultural por parte dessas classes, uma vez que o acesso à cultura só é de fato consumado, em famílias que possuem possibilidades de ascender socialmente. A escola que abrange, assim, uma população periférica está acostumada com uma educação que vai condicionar esse público a aspirações pequenas, perpetuando um sistema de aprisionamento cultural. Veja, o autor exemplifica esse processo através da escola tradicional, mas usaremos essas justificativas para pensar todo sistema de ensino com capacidades de ressocializar e/ou disciplinar indivíduos.

A função de conservação social é vista por Bourdieu (NOGUEIRA *et al.*, 2001) como a base destas instituições capacitadoras de ensino, pois para ele, ante a ideia democrática que as instituições tentam passar, elas acabam reproduzindo privilégios e a transmissão destes. A herança cultural dos indivíduos inseridos no interior dos meios de ensino não pode ser apagada em detrimento das exigências culturais destas instituições. É pensando assim que podemos ampliar nossa ótica para o ambiente observado em campo e buscar perceber estas relações expostas pelo autor através do conceito de capital cultural, onde através da crítica, o mesmo explica a existência de,

[...] Uma cultura aristocrática e sobretudo uma relação aristocrática com essa cultura, que o sistema de ensino transmite e exige. Isso nunca fica tão claro quanto nas relações que os professores mantêm com a linguagem. Pendendo entre um uso carismático da palavra como encantamento destinado a colocar o aluno em condições de "recebe a graça" e um uso tradicional da linguagem [...] como veículo consagrado de uma cultura consagrada, os professores partem da hipótese de que existe, entre o ensinante e o ensinado, uma comunidade lingüística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros (NOGUEIRA *et al.*, 2001, p. 55-56).

Um ponto importante descrito pelo autor acima é a relação entre o educador e o aprendiz, evidenciando a necessidade de conhecer as premissas das bases pedagógicas que são parte do campo institucional escolar e que podem também discriminar indivíduos,

colocando-os sempre à marginalização. Isto vale, portanto, para todos os meios que tentam disciplinar ou reeducar indivíduos, como é o caso dos projetos de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) que acontecem através da assistência social. Desta forma, o conceito de violência simbólica também pode ser usado para pensar a questão reflexiva desse projeto de TCC, pois como diz Bourdieu, uma vez que os indivíduos destoam da ordem dominante por qualquer motivo, esse processo de aculturação do sistema hegemônico através das instituições é forçado e para o autor, é considerado uma violência porque corrompe a imagem do indivíduo sobre si mesmo, fazendo com que o mesmo não consiga ou não tenha mais capacidade de distinguir se é de fato, culpado por suas condições sociais e ou culturais ou se são apenas consequências da própria realidade (CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 2022).

A discriminação intelectualizada ocorre dentro das instituições de ensino e a violência simbólica se manifesta, assim, por meio destes detalhes. Deste modo, a prática educadora e ressocializadora pode reforçar as desigualdades sociais, colocando, de antemão, a cultura dominante como patamar a ser atingido por todo núcleo social. Logo, ao pensarmos nos participantes dos programas sociais que serão observados nesta pesquisa, podemos notar que além de serem marginalizados em outros campos sociais (não à toa, são “convidados” a se integrarem aos projetos disciplinares da instituição), existe também um custo subjetivo a ser pago para obter dignidade dentro destes espaços ressocializadores. Por isso, ao olharmos com maior sensibilidade para a contemporaneidade das medidas punitivas, podemos visualizar o próprio papel do sistema prisional, do Estado e da ressocialização, diante dos jovens no cumprimento das medidas. Nesse sentido, para compreendermos melhor os significados da assistência social como instituição e suas possibilidades de ação conservadoras ou não em relação aos jovens integrantes dos programas LA e PSC, vemos a seguir, como a história dos programas se materializou e construiu o perfil pedagógico estudado por esta pesquisa.

#### 4 MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: PASSADO E PRESENTE

As medidas socioeducativas que discutiremos a seguir, tem sua origem no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90) que prevê, nelas, o cumprimento de penas para jovens e adolescentes infratores e que, após o devido processo legal, é imposta ao indivíduo como parte de seu processo de ressocialização. As medidas são aplicadas com o objetivo de integrar os jovens à sociedade, a partir do conhecimento sobre si mesmo e sua relação social diante das instituições, considerando a Lei como mediadora dos direitos e deveres dos indivíduos.

A moral e os valores inseridos no ECA foram influenciados pelo período pós-ditadura e de redemocratização e sustentado, primeiramente, a partir da Constituição de 1988 no artigo Nº 227, que apresenta os direitos das crianças e adolescentes, ancorado no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de 1985, Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança de 1985, A Pastoral de Menor de 1978 dentre outros movimentos sociais que atuaram fortemente na construção destas Diretrizes (Construção histórica do Estatuto - Infância e Juventude - Poder Judiciário de Santa Catarina, 2016). A necessidade de atuação destes movimentos frente a situação jurídica do Jovem e Adolescente no Brasil se deu, justamente, pela exclusão e falta de paridade social que existia diante das opressões e discriminação de jovens marginalizados pela pobreza e pelo racismo.

Dentro dos processos históricos que permeiam a noção de criança e adolescente no país, é possível considerar que houve uma disputa de narrativa sobre o tema (PINHEIRO, 2004) quando os movimentos sociais alinhados à redemocratização do Brasil entre os anos 70-80, se uniram para pensar os direitos das crianças e dos adolescentes ainda diante da Ditadura Cívico Militar, mas é entre os anos 87-88, que o assunto foi acentuado através da Assembléia Nacional Constituinte. Os movimentos democráticos e de defesa dos direitos dos jovens e adolescentes trouxeram pautas que colocavam este público como atores políticos e sociais, considerando as seguintes questões para o momento:

[...] as precárias condições de vida da maioria das crianças e dos adolescentes; as contundentes críticas às diretrizes e ao conjunto de práticas governamentais de assistência; o acentuar-se das discussões sobre direitos da criança e do adolescente, formalizadas [...] o

contexto sociopolítico propício à reivindicação e reconhecimento legal de direitos; e a articulação de setores da sociedade civil, concretizada no movimento em defesa da criança e do adolescente. Iniciativas de afirmação de direitos também emergiram no espaço governamental (PINHEIRO, 2004, p. 346).

Na Assembléia, que integrava parlamentares constituintes, foi possível discutir as representações sociais dos jovens e adolescentes brasileiros, na tentativa de abandonar uma imagem repressiva dos jovens diante da sociedade. Construir uma nova perspectiva de infância e juventude das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ampliando a proteção a estes indivíduos, foi o primeiro passo para que pudéssemos chegar ao ECA, abandonando a premissa de menor infrator<sup>2</sup>.

A constituição de 1988 teve papel fundamental para que a sociedade e a política da época inserisse a população juvenil periférica nos processos de construção de uma nação democrática e de forma legal, garantindo direitos universais. Este é um dos motivos pelos quais a própria Assembléia Nacional Constituinte, que é um pouco anterior à constituição, mas contribui para o propósito de seu surgimento, vê nos jovens brasileiros a possibilidade de um futuro independente de sua condição social, racial, de gênero e psicológica. Por este motivo, a garantia de proteção a eles, foi discutida naquele momento como sinônimo de dignidade ao povo brasileiro (PINHEIRO, p. 347-348, 2004).

Antes da Constituição de 1988 e do ECA em 1990, tivemos o Código de Menores de 1927. Este foi o primeiro documento legal durante a República a fomentar ações e deveres das instituições sociais e políticas em relação às crianças e jovens brasileiros. O documento, também conhecido como Código Mello Mattos em referência ao primeiro Juiz de Menores do país e também seu idealizador, fora construído com base no assistencialismo e no paternalismo político da época. O teor protecionista do projeto vigorou-se como parte da intervenção política diante da população pobre, onde a infância abandonada seria “corrigida” com ações do Estado e não necessariamente através da família, uma vez que, como o código fora primeiramente pensado para jovens em situação de abandono pela família e/ou em estado

---

<sup>2</sup> Segundo ANJOS (2014), há ainda na atualidade, dificuldades em superar a ideia tradicional de menor (construída desde o período colonial) uma vez que o termo, faz clara alusão à classe econômica, já que continua sendo usado para se referir a crianças e adolescentes pobres e racializados. Deste modo, cria-se a concepção de perigo social à classe dominante. O peso da antiga simbologia sobre o termo, contribui na estigmatização de jovens e crianças em situação de vulnerabilidade.



de pobreza, eram delinquentes e precisavam de intervenção do Estado apenas crianças e adolescentes marginalizados nestas condições, onde a própria família não era munida de valores sociais, éticos e financeiros para educação e vigilância do menor, conforme prediz o Código de Menor (AZEVEDO, p. 05-06, 2007).

Algo importante que também deve ser ressaltado aqui, é a mudança da maioridade penal imposta pelo presente código, alterando-a de 14 anos para 18 anos, como assim conhecemos hoje. Anterior ao Código dos Menores, o sistema aplicado em relação às crianças e adolescentes, era primeiramente o Código Penal Brasileiro de 1830, que formaliza a maioridade aos 14 anos<sup>3</sup> e para além dele, a Lei do Ventre Livre de 1871. A lei do Ventre Livre era voltada para mulheres escravizadas e as dava o direito de criar seus filhos até os 07 anos. Após isso, o Estado brasileiro poderia indenizar o dono da escravizada em alguns mil réis, para a criança ser colocada em um orfanato, sendo definitivamente abandonada e/ou então, a criança permaneceria escravizada até os seus 21 anos, momento de sua posterior alforria.

Ainda que o Código do Menor seja reconhecido por ser o primeiro a caracterizar no país, o direito legal de crianças e adolescentes, que seria mais aprofundado pela Constituição de 1988 e posteriormente pelo ECA em 1990, a diferença de 63 anos entre um e outro é primordial para entendermos os acontecimentos históricos, sociais e jurídicos que materializaram as ações do Estado no que conhecemos hoje através da assistência social e suas bases de atuação no compromisso com a proteção de crianças e adolescentes ao redor do país. Antes do ECA, os jovens pobres tinham suas vidas ainda mais marginalizadas quando pensadas a partir da doutrina intervencionista do Estado que, aliada ao Código do Menor, mantiveram a moralidade deturpada sobre a juventude de baixa renda sem romper totalmente com as bases higienistas propostas para crianças e adolescentes “irregulares” pela sociedade escravocrata no período do Brasil Colônia e pelo coronelismo da primeira República, enfatizando processos discriminatórios e de exclusão social (Construção histórica do Estatuto - Infância e Juventude - Poder Judiciário de Santa Catarina, 2016) .

Com o ECA em vigor no início dos anos 90, foi possível ressignificar, os métodos

---

<sup>3</sup> A maioridade aos 14 anos só fora instaurada para que Dom Pedro II fosse considerado adulto, emancipado e assim, pudesse governar o Brasil legalmente. Antes disso, vigoravam as Ordenações Filipinas na Colônia do Brasil, onde uma única condição diferenciava adultos maiores de 17 anos de menores: a pena de morte para adultos. As demais condenações eram igualmente cruéis, independente de idade (AZEVEDO, p. 04, 2007).

tanto de proteção quanto de punição em relação às crianças e adolescentes brasileiros, que foram devidamente aprofundados pelo Estatuto. Veja, devemos entender este processo como um período de transição, aonde a partir da Constituição de 88 foi possível abandonar, ainda que no papel, medidas restritivas e punitivas em relação à jovens periféricos e adotar a educação como parte de um processo que tenta na ressocialização, diminuir e conscientizar jovens cidadãos. É a partir disso que podemos comentar, portanto, no que se baseiam as duas das seis medidas socioeducativas analisadas no interior do CREAS por este trabalho: Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). As medidas de semi aberto que incluem o LA e o PSC possuem outras duas ações que seguem a presente sequência de aplicação, em conformidade com grau do ato infracional cometido:

- Advertência;
- Obrigação de reparação ao dano;
- Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Liberdade Assistida.

A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) surge como resposta a ineficácia do sistema judiciário brasileiro que com medidas restritivas, reforçava cada vez mais os números de reincidência nos complexos prisionais e é em 1984 com a reforma penal que a PSC bem como outras alternativas a penas privativas, surgem no contexto judiciário brasileiro. Logo, o diferencial da PSC é justamente a construção da cidadania por meio do acompanhamento e fiscalização daqueles que cometeram atos infracionais com penas de curta duração. Seu papel está alinhado à ressocialização e a reeducação como forma de desestigmatizar este público, dando-lhes oportunidades de interagir com a sociedade através do trabalho social (GUAREZI, p. 43, 2004).

Ainda que definida como uma pena ao indivíduo, a medida tem consigo a garantia de direitos e prevê a atuação de tarefas gratuitas, alinhando-as de modo a não prejudicar o trabalho ou as horas formais escolares dos indivíduos em cumprimento dela. A PSC age em conformidade com as habilidades dos jovens e adolescentes, respeitando e garantindo acompanhamento socioeducativo nas atividades impostas, além de fiscalizar a frequência dos mesmos diante da pena estabelecida. Também é disposição do serviço, analisar junto aos orientadores da instituição onde a medida será cumprida o desempenho do jovem frente às responsabilidades estabelecidas da PSC (GUAREZI, p. 44, 2004).

As instituições agregadas ao serviço atuam de forma voluntária, recebendo diversos perfis diferentes, mas que, em sua maioria, estão em situação de vulnerabilidade social e econômica. As atividades resumem-se em trabalhos manuais como jardinagem, limpeza de escolas e vias públicas e atendimento à população. O projeto é exercido de forma multidisciplinar, junto do Poder Judiciário, assistência social e do setor de psicologia (assim como a LA). Após receber a sentença encaminhada pelo Poder Judiciário e acatar a medida socioeducativa, o jovem passará por acompanhamentos com psicólogos (as), que devem traçar um histórico social do indivíduo, conhecendo sua posição no campo social, sua relação com a família e com isso, identificar qual setor pode direcioná-lo para o cumprimento da medida sem que isto o prejudique. Já o serviço social entra no suporte ao indivíduo e a sua família durante o cumprimento de sua sentença, no caso, das medidas de ressocialização e especificamente a PSC. Caso a duração do serviço prestado ultrapasse o estabelecido em cada pena, o jovem é chamado para novas entrevistas onde pode colocar em pauta seu desenvolvimento pessoal e social diante das atividades realizadas e se for o caso, o serviço pode ser prolongado e ou direcionado à outras instituições que possam desenvolver e reintegrar de forma mais eficiente, o indivíduo em sociedade, lembrando que tanto a LA quanto a PSC podem ser usadas concomitantemente conforme a pena estabelecida pelo Poder Judiciário (MANSANO, p.63-64, 2008).

A Liberdade Assistida seria, portanto, a medida aplicada diante de jovens infratores que prevê o acompanhamento do mesmo em suas atividades do dia a dia, conforme as “Orientações sobre a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) no âmbito do SUAS”, documento este prescrito pelo Ministério da Cidadania e de disponível no site do Governo Federal para consulta pública. No caso, pretende-se inserir o jovem em ambientes comunitários locais criando senso de coletividade e cidadania ao mesmo tempo, em que se acompanha o processo de maturação dele em sociedade. A LA tem em si, um teor pedagógico muito presente que além de acompanhar o jovem e sua família em seus programas oficiais, também supervisiona o adolescente na escola, promovendo, muitas vezes, a regularidade de sua matrícula. Ainda nesse sentido, a medida foca também em inserir o jovem no mercado de trabalho regular. É preciso lembrar que, o que diferencia as medidas socioeducativas que surgiram através do ECA dos códigos para menores de idade surgidos anteriormente é definitivamente, seu caráter pedagógico que tenta por exemplo, não atuar no sentido de

vigilância excessiva e restritiva do adolescente, impedindo o de agir e construir suas possibilidades de ser em sociedade.

O profissional que acompanha os jovens deve ter consigo que não é de sua responsabilidade a proibição ou regulação do comportamento do indivíduo, mas sim, propor a ele o afastamento da dinâmica infracional, enfatizando o acesso e conhecimento dos seus direitos sociais e políticos, considerando-o sujeito histórico e respeitando seus limites emocionais. Considera-se assim, que diante do cenário apresentado pelo indivíduo em seu acompanhamento, pela assistência social e no cumprimento das medidas socioeducativas, é preciso reconhecer a inevitabilidade presente em seu cotidiano, onde os problemas raciais, sociais e econômicos são, sobretudo, reflexos na liberdade de escolha do jovem.

A execução da medida socioeducativa deve ser pautada através da perspectiva do cuidado, trazendo consigo, a ideia de proteção integral da criança e adolescente e a sua liberdade deve ser colocada como campo de perspectiva social. Segundo o guia para consulta pública disponibilizado pelo portal do Governo Federal, a LA tem consigo não a vigilância, mas o acompanhamento e o conhecimento do cotidiano do indivíduo, considerando as seguintes premissas para prestar o atendimento:

1. Conhecer o adolescente e sua família: vivências, história, trajetória, sonhos, potências e vulnerabilidades.
2. Relação do adolescente com o ato infracional: O que o ato infracional significa para ele? O ato infracional está inscrito em redes de convivência, confiança mútua, status, vínculos afetivos ou sobrevivência?
3. Como ele se vê diante da perspectiva da responsabilização? Ele sente que é proporcional ao ato que cometeu?
4. Como ele avalia todo o processo desde a apreensão? Ele sente que foi ouvido pelo sistema de justiça, pela polícia, conselheiro tutelar ou outros atores? (Orientações gerais sobre a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) no âmbito do SUAS, p. 08)

Com isso, o profissional tem na reflexão, formas de construir as atividades que serão usadas com os jovens e fazer delas, parte do processo pessoal desses indivíduos de conhecimento e consciência sobre si e suas atitudes no campo social. Por isso, é necessário que o profissional consiga se aproximar dos adolescentes de modo a conhecer como eles enxergam o ato infracional e as relações de poder estabelecidas diante destes acontecimentos

adversos. É assim que problemas profundos encontrados no cotidiano deles podem ser notados e trabalhados eficientemente para diminuição dos danos causados.

O teor pedagógico da LA é construído através de uma equipe multidisciplinar que vai considerar as condições materiais e também subjetivas de cada jovem e adolescente em acompanhamento, atuando com metodologias restaurativas que os sensibilize para as suas próprias condições. As bases de operacionalização das atividades são segmentadas da seguinte forma:

1. A família tem recursos para custear o transporte do adolescente até o serviço? O adolescente tem acesso a passe-livre ou o serviço pode provê-lo?
2. A família e, em especial o adolescente, têm garantidos sua segurança alimentar e nutricional? Em outras palavras: o adolescente chega com fome ao serviço? O lanche é satisfatório? O cardápio é construído com os usuários? A família pode ser encaminhada para espaços de dispensação de alimentos?
3. O adolescente tem que trabalhar para auxiliar no sustento da casa? A dupla jornada escola-trabalho permite que ele consiga vincular-se ao serviço? O adolescente tem que cuidar de idosos ou irmãos mais novos?
4. O território do serviço é hostil àquele adolescente? Existem divisões/rixas entre grupos rivais que impedem o jovem de circular por ali?
5. Há relatos de abuso ou violações de direito que o adolescente tenha sofrido no âmbito familiar ou no bairro em que vive? Como isso o afetou?
6. O adolescente ou algum membro da família está ameaçado de morte?
7. As atividades pedagógicas propostas são infantilizadas? Elas atendem à realidade dinâmicas da vida juvenil, dialogam com novas tecnologias e falam a linguagem deles? (Orientações gerais sobre a Medida Socioeducativa de Liberdade

Assistida (LA) no âmbito do SUAS, p. 08)

Neste movimento, é preciso considerar, ainda, o papel do adolescente no processo pedagógico estabelecido pelas medidas socioeducativas. A socioeducação que está prevista nas medidas do ECA para ressocialização de crianças e jovens devem expressar a necessidade de aproximação e conhecimento do cotidiano desse público, colocando-os como protagonistas de seu próprio processo histórico e social, possibilitando a eles, recursos viáveis que amenizem as mazelas sociais que os atravessa diariamente. É desta forma que ocorre, portanto, a desconstrução de uma imagem pejorativa em torno do jovem sob cumprimento das

medidas de ressocialização, uma vez que, a equipe de acompanhamento traz consigo à assistência sem julgamentos prévios e materializam nas atividades, as ações de proteção institucional do jovem e de seus direitos.

Conforme o descrito acima, é possível destacar que as medidas de ressocialização, de fato, romperam com um modelo arcaico outrora usado com exclusividade pelo poder judiciário, que via na punição, a correção social e conservadora dos jovens e adolescentes brasileiros (refiro-me ao Código Mello Mattos), num movimento que higienizou a população jovem periférica no país, lendo-os como marginais que deveriam alinhar-se à ordem social dominante. Com o surgimento do ECA em 1990, após muitas mobilizações, foi possível assim, ressignificar e trazer novas possibilidades através da socioeducação, frente ao modelo penal vigente.

Logo, considerando a contemporaneidade dessas medidas, veremos a seguir e por meio desta pesquisa, como elas se organizam na prática do serviço social de Chapecó junto ao Inovamente, enquanto organização acolhedora de jovens e adolescentes do município. A observação do local serviu justamente para analisar como ocorrem as atividades em seu interior, respondendo aos questionamentos outrora colocados em pauta por este trabalho, em prol de conhecer com maior profundidade a atuação do Inovamente e conseqüentemente as perspectivas criadas por ele com a comunidade local, em especial jovens e adolescentes em cumprimento das medidas LA e PSC e que darão sentido aos objetivos colocados pelo presente TCC.

## 5 CONHECENDO O INOVAMENTE

Como proposto anteriormente, iniciei, portanto, minha visita ao local de observação desta pesquisa. O primeiro contato com o espaço da unidade foi marcado juntamente com o coordenador do Projeto Wagner Roberto Barzotto, após confirmação via e-mail. Wagner, formado em Assistência Social pela Universidade de Passo Fundo e possui mestrado na área das Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó/SC, tem experiência nos temas de violação de direitos, violência contra o idoso e população de rua, medidas socioeducativas, programas sociais, pobreza, capitalismo, pesquisa e bolsa família.

Ao entrar em contato com ele, expliquei a necessidade de fazer a pesquisa justamente para mostrar a realidade da unidade e seu papel social com a comunidade chapecoense. Logo, após breve conversa por e-mail, na sexta-feira, 27 de maio de 2022, agendamos um horário para eu pudesse assim, conhecer pela primeira vez o local. Neste dia me recordo inclusive que segui o endereço disposto no Google (Paulo Marques, nº. 89 D, Bairro: Centro) e ao chegar lá, me deparei com uma reforma e nada que identificasse aquele ambiente como espaço público. Entro novamente em contato com o Coordenador por e-mail e já em seguida, sou informada de que o Inovamente havia mudado de local justamente para ampliação das atividades, atuando na Rua São Domingos no Bairro Líder, nº 120, e agregando além do Inovamente, o Centro de Referência de Assistência Social do presente bairro e o Centro de Convivência do Passo dos Fortes.

Sendo assim, pego o transporte público, saio do antigo endereço da unidade no centro e me direciono para o norte da cidade, a caminho do bairro Líder. Para acessar o local, parei em frente ao Shopping Pátio Chapecó, localizado na Av. Fernando Machado, uma das mais movimentadas da cidade. Definitivamente este é o ponto de referência para acessar o Inovamente, uma vez que fica há duas quadras da unidade. Desço do ônibus e em meio a chuva que não tendia a parar naquele horário, pergunto a algumas pessoas pelo caminho (vez que o endereço não estava atualizado nas plataformas), sobre a nova unidade de serviços sociais do bairro, até encontrá-lo. A fachada do local se mistura com os demais ambientes, uma vez que a rua é preenchida por fábricas locais. Entretanto, ao entrar nele me deparo com vários prédios ao redor de uma área verde, algumas reformas entre eles e uma placa que

indicava os locais e suas respectivas áreas de atuação. Vou até o local indicado como Inovamente, entro, me identifico e aguardo. Enquanto esperava, notei a simplicidade do ambiente, que contava com uma recepção e ao seu lado, duas salas. Não muito tempo depois, sou chamada e iniciamos, assim, nossa conversa.

O coordenador foi bastante receptivo ao me receber e dizer que leu com gosto a premissa deste projeto, desejando, de fato, contribuir com a pesquisa ao propor determinadas datas para que eu pudesse, portanto, iniciar as observações. Ao explicar para ele a necessidade de conhecer o espaço e mostrar seu funcionamento e suas práticas educativas com jovens da comunidade em caráter de ressocialização, ele ressaltou ainda alguns pontos que devemos considerar como premissas para a pesquisa. Naquele momento, a unidade passava por um processo de reestruturação, uma vez que segundo Wagner, o número de atendimentos do Inovamente havia crescido consideravelmente e a prefeitura não via outra alternativa senão disponibilizar outro local para as atividades continuarem. Por este motivo, o local foi alterado. Além disso, ele ainda ressaltou que durante o período da pandemia por Covid 19, entre março de 2020 até maio de 2022, a unidade trabalhou de forma remota, com acompanhamentos distintos do que outrora era realizado. Isso dificultou, por exemplo, o retorno gradativo das atividades presenciais. Minha visita naquele momento foi, portanto, no início da retomada dos serviços, onde a coordenação do Inovamente se esforçava para organizar as turmas e sua respectiva atuação diante dos cenários encontrados.

Wagner salientou que as turmas que poderia visitar estavam retornando às atividades e que os jovens participantes possuem entre 12 e 21 anos de idade. Os grupos mistos, que se dividem entre o horário matutino e vespertino em reuniões que ocorrem semanalmente, possuem em sala, uma assistente social e duas psicólogas que os acompanham durante o período da execução do programa, que conta sempre com um tema específico por aula. Detida destas informações, o Coordenador pediu para que eu encaminhasse uma solicitação de trabalho emitida pela UFFS, para que pudessemos avançar no sentido burocrático e assim iniciar as visitas com as turmas.

No dia 20 de junho de 2022 encaminho o pedido de autorização de trabalho de campo ao Wagner, que me retorna no dia 27 do mesmo mês, informando a retomada efetiva das atividades no local, já me apresentando as possíveis datas para realização das visitas. Naquele momento, era importante conciliar os horários disponíveis com meu trabalho e por este



motivo, começo de fato as observações, no dia 15 de julho, no turno vespertino e às 14hrs. Além deste dia, fora proposto que eu participasse também das atividades nos dias 22/07, 29/07, 05/08 e 12/08 de 2022, porém, por conflitos de disponibilidade entre meu trabalho formal e os encontros do Inovamente, consegui comparecer no dia 22/07 das demais datas sugeridas. Até então não fora me passado a quantidade exata de jovens em cada uma das reuniões semanais, pois, uma vez que o programa havia acabado de se restabelecer em novo local e com o início das atividades, muitos jovens não haviam ainda se adaptado à nova rotina do Inovamente em outro lugar. Com isso, no dia 15 de julho, saio do meu trabalho e sigo em direção a um dos pontos de ônibus da Av. Fernando Machado, agora sabendo me localizar melhor diante da unidade em seu novo endereço.

#### 5.1 PRIMEIRO DIA DE OBSERVAÇÃO: O MERCADO DE TRABALHO EM PAUTA

Chego no Inovamente em um dia de sol, bastante agitado para a unidade. Havia muitas pessoas no local, aguardando por outros serviços, em meio a algumas reformas no ambiente. Vou caminhando para a sala de recepção e conversei brevemente com os servidores presentes. Ali comigo estavam o Wagner, a assistente social, Silvia da Cunha e a psicóloga, Alessandra de Souza. Como citei anteriormente, há ainda uma segunda psicóloga de apoio que não estava presente, pois se recuperava da Covid 19. Logo, éramos nós quatro, aguardando pelas 14hrs para que pudéssemos participar da reunião com os jovens. Naquele momento, na entrada no prédio onde acontecem as atividades, alguns jovens já chegavam e aguardavam assim como nós. O horário bate e nos encaminhamos para a sala, que fica em um corredor na frente da recepção. Sou direcionada até lá por Wagner, que se retira logo em seguida. Os jovens e a assistente social Silvia também se direcionam ao mesmo local e lá damos início, cada um de nós com suas finalidades, às atividades de ressocialização. O ambiente é definitivamente, uma sala de aula. Com direito a quadro, mesas escolares, estante com livros didáticos, materiais de artesanato e retroprojetores, os jovens possuem, ali, outro ambiente educador, semelhante aos parâmetros escolares.

No centro da sala, há uma roda formada por cadeiras e nos sentamos nelas. Neste momento percebo que dos jovens participantes, cinco eram homens e havia também, uma mulher, totalizando seis participantes da atividade no dia 15 de julho, no horário vespertino.

Silvia, que iria ministrar a atividade com os jovens, apresenta a eles, o teor da reunião. Ela é focada em divulgar novas oficinas que possam agregar ao currículo dos mesmos, atividades complementares e profissionalizantes para que estes tenham mais oportunidades no mercado de trabalho local. Após apresentar o caráter da reunião, Silvia me apresenta a eles cedendo um espaço para que eu fale brevemente sobre a pesquisa e a necessidade de entrevistar alguns deles de forma voluntária, após a reunião. Após minha fala, Silvia pede para que os jovens digam seus nomes e suas respectivas idades, onde o mais novo possuía 13 anos e o mais velho 21 anos de idade. Logo, em meio ao silêncio da turma sob suas cabeças baixas, a assistente social retoma a reunião dando mais detalhes sobre as oficinas paralelas que aconteceriam no Inovamente.

Mecânica, informática, barbearia, manicure e pedicure são os cursos ofertados pelo programa para os jovens participantes e também para a comunidade local. Silvia expõe a necessidade de se envolver com o mercado de trabalho, uma vez que, diante de suas circunstâncias sociais, o trabalho formal é uma opção legal que os ajudaria financeiramente. A assistente social expõe no debate sobre a importância do trabalho, o processo de garantir através dele, dignidade e responsabilidade financeira desde jovens, uma vez que muitas oportunidades lhes são negadas devido às suas condições materiais. As oficinas para o mercado de trabalho seriam, então, uma das primeiras medidas a serem colocadas em prática pelo CREAS com aquela turma de jovens. Silvia tenta explicar também que é importante considerar um olhar sensível para o futuro, tirando o peso das infrações cometidas e colocando no lugar delas, compreensão sobre a própria história de vida e sobre o sistema que os cerca. Depois de justificar o fundamento das oficinas, Silvia tenta conversar com os jovens perguntando a eles sobre o interesse dos mesmos pelos cursos descritos.

De modo geral, a turma está desinteressada e não pretende participar. Quatro deles justificaram o não interesse por conflito de horários e dois deles não quiseram nem mesmo justificar o não interesse pelas oficinas. Ainda na tentativa de diálogo com os jovens, a assistente social perguntou para um dos jovens, R. de 17 anos, o que ele achava da participação dele no programa, já que estava prestes a terminar sua “pena” completando 18 meses de programa. R. responde que não sabe diferenciar já que para ele, nada mudou e suas perspectivas continuam as mesmas. Com a resposta dele dada a Silvia, alguns jovens riram no momento. A roda de conversa durou cerca de uma hora, terminando entre 15 hrs e 15:10 hrs. No final, a assistente social pediu para que os jovens falassem comigo, agregando em minha

pesquisa com entrevistas sobre suas ideias e críticas ao programa. Logo, fui conversando com um a um que se disponibilizou em contar seus pontos de vista sobre o Inovamente. Neste dia, a entrevista ocorreu, portanto, após a finalização da roda de conversa, com os jovens ainda sentados em círculos. Dos seis participantes, consegui entrevistar 03 deles. Antes de iniciar, expliquei que havia um roteiro de perguntas que não necessariamente deveriam ser respondidas em ordem, e que a partir delas, teríamos tempo e espaço para formular novas conforme a demanda de questionamentos que surgiram durante a entrevista.

## 5.2 SEGUNDO DIA DE OBSERVAÇÃO: ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE EM FOCO

Após o primeiro dia de entrevistas, me retiro da sala, me despeço da equipe e volto na semana seguinte. No dia 22 de julho de 2022 pela manhã, vou novamente ao bairro Líder. Ao chegar no Inovamente, sou recepcionada pela mesma equipe e como já nos conhecemos, não fazemos nenhuma cerimônia apesar de me convidarem para tomar café na cozinha. Conversei com a Assistente social Silvia, que me orientou quanto a atividade do dia, uma apresentação sobre a Maturação Juvenil e os aprendizados na Adolescência. Aguardo, portanto, e com uma xícara de café na mão, o início da “aula” de ressocialização de outra turma participante. Às 10hrs, Eu, Silvia e Alessandra nos direcionamos a mesma sala usada anteriormente e aguardamos os jovens chegarem, o que foi logo em seguida, uma vez que a turma matutina era menor e contou com 05 meninos de idades entre 14 e 17 anos. Após nos acomodarmos, Silvia e Alessandra iniciaram a atividade ressaltando o porquê da minha presença. Sendo assim, antes de deixá-las prosseguir, me foi dado novamente um tempo, assim como na semana anterior, para que eu pudesse me apresentar e pedir àqueles que se voluntariassem, para conversar comigo depois de finalizada a atividade. Todos pareciam confortáveis com a minha presença.

Com uma série de 23 slides, as servidoras passaram o conteúdo para os jovens. Me atentei a analisar a estrutura que se formava naquela ambientação. Como já dito em outro momento aqui, a sala é definitivamente uma sala de aula padrão com elementos idênticos e posturas sociais também idênticas. Os jovens são receptores das atividades e as servidoras, lecionam e aplicam ali através dos conteúdos e ou rodas de conversas, parte da penalidade desses mesmos jovens. A atividade inicia com as servidoras explicando a eles, o processo de

construção do ser social durante a infância, passando pela adolescência e chegando a vida adulta. Com os slides que acompanhavam tópicos importantes como “gênero, masculinidade, afetos, solidão e rebeldia”, os jovens acompanhavam-os com seus olhares, cansados, mas nem sempre desinteressados.

Conforme os tópicos iam avançando, alguns questionamentos eram colocados à turma pelas servidoras. Neste momento foi possível perceber neles, a possibilidade de lidar com incertezas sobre si, uma vez que tanto Silvia quanto Alessandra buscavam ligar o conteúdo apresentado à própria realidade dos indivíduos. Percebo que, a palestra apresenta com bastante ênfase, os fatores de maturação juvenil a partir de seu processo psicológico que antecede aos processos de socialização entre pessoas. Logo, enquanto as servidoras buscavam explicar e levantar questionamentos como “você já se sentiram assim?” Em relação ao fardo e à imposição de serem os homens da casa, os meninos começaram aos poucos a se identificarem, uma vez que mostravam fisicamente, concordando, discordando ou mantendo-se neutros, as perguntas feitas por Silva e Alessandra.

Novamente, é no final da atividade que consigo iniciar as entrevistas com mais 03 jovens voluntários. Seguindo o mesmo roteiro, expliquei a cada um deles as normas para que as entrevistas aconteçam com maior clareza de ideias e em conformidade com as respostas obtidas.

## 6 RESULTADOS E PERCEPÇÕES SOBRE A REINTEGRAÇÃO DOS JOVENS E SUA RELAÇÃO COM AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Como proposto anteriormente, os resultados obtidos se dão através da pesquisa qualitativa exercida no interior do Inovamente. Portanto, compreendemos através das falas dos 06 jovens entrevistados, percepções em comum e conflitantes sobre as atividades educativas e as medidas de ressocialização ali aplicadas. A pesquisa qualitativa deste projeto considerou na entrevista semiestruturada, o caminho mais coerente para a coleta das informações e por meio da triangulação intra método, foi possível identificar como é a presença e o papel das atividades socioeducativas no cotidiano dos indivíduos participantes.

As entrevistas se organizaram primeiramente, a partir da trajetória pessoal de cada entrevistado dentro do programa, considerando dados de identificação do entrevistado (idade, gênero e cidade) e o roteiro prévio que se materializou a partir de 10 perguntas que conduziram um diálogo franco sobre a realidade do jovem em LA e PSC bem como as suas perspectivas diante dos programas executados pelo CREAS. As perguntas abriram margem para que pudéssemos extrair novos questionamentos que complementaram as respostas dos jovens entrevistados. Organizei o roteiro da seguinte forma:

- Identificação: Nome; idade; Cidade.
- Há quanto tempo é participante do projeto?
- Além deste, já participou de outros programas na instituição?
- Você gosta de fazer as atividades socioeducativas?
- O que sente quando produz as tarefas?
- Como as atividades te ajudam no seu dia-a dia?
- Sua família te apoia a participar das atividades?
- Como é o seu relacionamento com a equipe do Inovamente? Vocês interagem muito?
- Ainda está fazendo o ensino regular? Se sim, como é pra você ter que se inserir nesses ambientes pedagógicos, concomitantemente?
- Na sua opinião, qual a diferença entre o Inovamente e a escola?

Como nem todos foram bastante expositivos, foi preciso, portanto, identificar em suas falas a relação objetiva e subjetiva das instituições conservadoras presente em seus cotidianos através das atividades realizadas no interior do Inovamente e sua relação com a escola

tradicional. As perguntas feitas focaram na percepção dos jovens sobre os programas de ressocialização e como se viam dentro delas, demonstrando assim tempo de ingresso, afinidade com servidores e com as atividades propostas.

Identificando o período em que o (a) jovem está ativo no programa, é possível traçar um tempo de participação e engajamento nas atividades realizadas no Inovamente. Dos 06 jovens entrevistados, identificou-se, portanto:

- F., (mulher) - 18 anos e 10 meses PSC;
- R., (homem) - 17 anos; participa dos dois programas (LA e PSC) desde 2019;
- E., (homem) - 18 anos e 06 meses PSC;
- K., (homem) - 17 anos e 04 meses de PSC;
- M., (homem) - 17 anos, 02 meses de PSC;
- E., (homem) - 15 anos, 02 meses de PSC.

Destes, irei analisar as falas da participante F., que até o momento da entrevista, possuía 10 meses de PSC. Minha escolha justifica-se, pois, ao conversarmos naquele dia, o que mais me chamou atenção e o que a destacou dentre os demais, foi o fato de ser a única mulher participante das atividades em ambas as turmas com quem dialoguei e sua forma crítica ao serviço é notável e está presente ao longo de todo o nosso diálogo. Outros fatores que justificam a minha escolha, é ver perspectivas bem parecidas com as dos demais entrevistados, na fala dela. Os jovens, meninos entre 13 e 21, assim como a entrevistada, participaram das atividades e foram também entrevistados, colocando sua visão pessoal e objetiva sobre o serviço, sem muitas expectativas. Como foi ressaltado na apresentação dos dias observados, os jovens possuíam certo desinteresse pelos projetos de ressocialização, com postura e semblantes cansados. A entrevistada mostrou interesse, ao menos, em conversar comigo e contar o que ela achava importante sobre as medidas socioeducativas e, por este motivo, a conversa foi bastante fluida. No dia, ela portava consigo um capacete de moto e o que parecia ser a chave de um veículo nas mãos.

As perspectivas da entrevistada trouxeram não somente a criticidade diante da instituição, mas os motivos que a distanciam do serviço, considerando-o apenas como cumprimento de uma pena e não um processo efetivo de ressocialização. Sua postura ao longo da atividade proposta no dia em que nos vimos (que foi uma reunião para encaminhá-los ao mercado de trabalho e para promover oficinas focadas em cursos profissionalizantes), foi bastante indiferente diante da turma e das servidoras. Não à toa, quando propus entrevistá-los,

ela foi a primeira a se disponibilizar para dialogar, uma vez que seu descontentamento em estar ali, era nítido. F., foi bastante receptiva com a minha presença, apesar de demonstrar pouco ou nenhum interesse na atividade do dia. Prontamente respondeu todas as perguntas que a fiz, seguindo o roteiro da entrevista e se abriu para comentar com mais entusiasmo a outros questionamentos que foram surgindo ao longo da conversa.

Ao investigar os primeiros contatos da jovem com a instituição, descobriu-se que ela estava no cumprimento de sua primeira medida infracional e como ré primária, foi encaminhada ao programa PSC por ser uma alternativa ao cárcere privado. Considerando seus 10 meses frequentando o Inovamente, ela diz não gostar de fazer as atividades e justifica,

*“Porque eu tenho que vir aqui, perder tempo, não agrega em nada na minha vida, não ganho dinheiro e to aqui perdendo tempo.”*

F., já trabalhava quando iniciou a medida socioeducativa e ainda possuía um trabalho regular até aquele momento. Chego a questioná-la novamente, perguntando se o desinteresse que demonstrou nas falas acima pelas atividades no Inovamente se dava pelo cansaço, pois ter que trabalhar, estudar e frequentar o PSC demanda sim, esforços. Ela apenas reitera que não há vontade da parte dela em estar ali, uma vez que não existem pontos de interesse no local, que a faça presente.

Quanto a sua identificação com as atividades realizadas no interior da instituição e sobre um possível processo de mudança, ela diz não ver efetividade,

*“Não, não muda nada. A minha concepção de pensamento é a mesma. Não mudou nada.”*

Durante nossa conversa, e após este comentário, a entrevistada relatou que já havia se formado no ensino médio pelo EJA, sendo esta uma proposta da equipe do Inovamente à jovem, inserindo-a ao programa como forma de complementar seu processo de ressocialização diante das medidas socioeducativas. Em pouco tempo de participação no EJA, ela foi capaz de fazer a prova e se formar no ensino médio. Ela ressaltou que além do EJA, fez outra atividade durante o programa, focada em artes, mas sem dar ênfase nesta.

A própria relação entre ela e os servidores ali presentes foi questionada por mim, pois queria entender melhor como ela, junto da equipe do Inovamente, se organizavam para criar viabilidade diante das atividades e manter um bom relacionamento.

*“Pra mim eles são estranhos, é de boa sim. São só pessoas que eu to conversando ali pra pagar as minhas horas. Como se fosse falar com o juiz ou com o promotor, a mesma coisa.”*

Quando comentamos sobre as diferenças entre a escola como instituição de ensino e o Inovamente também como instituição educadora, ela ressalta não ver grandes diferenças, mas complementa,

*“[...] Aqui eles só se intrometem mais na nossa vida e querem saber mais do que na escola. [...] Porque a escola não vai lá pedir da tua família, pedir do que tu fez ou do que tu deixou de fazer, né. Aqui é assim. A escola é uma coisa de aluno e professor; tu vai pra aprender ali. Aqui não, aqui eles sabem que a gente fez errado e se metem na nossa vida. É diferente.”*

Quando ela diz, “[...] se meter na nossa vida” é justamente com intuito de questionar o processo de acompanhamento da instituição com os jovens, onde os servidores ligam, mandam mensagens, e-mails para o participante e mantém contato com a família para identificar novos processos de abusos sofridos ou atos infracionais cometidos. O monitoramento feito pela instituição faz parte do campo pedagógico construído para os projetos de ressocialização.

Por último, e talvez, o fragmento mais importante da nossa conversa, é como a entrevistada coloca sua perspectiva “pessoal” em detrimento da compreensão que possui sobre as medidas socioeducativas. Ela não nega a possibilidade de ação das medidas, mas para ela, a motivação para uma mudança é pessoal, não coletiva ou com bases institucionais.

*“[...] Talvez pra eles esteja ajudando, pra nós não. Depende muito de cada pessoa. Porque a escolha de mudar foi minha, não porque eu estava participando do programa ou porque impuseram uma regra que eu não podia mais fazer, foi porque eu quis mudar. Pra não*



*viver aquela vida errada, porque que nem ele disse né, tem dois caminhos, ou a cadeia ou a morte.”*

Com as falas da entrevistada, conseguimos de fato, perceber uma semelhança com a ideia proposta por Bourdieu quando reflete sobre o processo de aprofundamento das desigualdades sociais dentro dos meios de ensino, que para além da ideia de uma educação libertadora, faz o processo contrário, ambientando indivíduos à uma cultura dominante, apagando o sujeito histórico e cultural que nele resiste (NOGUEIRA et al., p. 60-62, 2001).

É possível identificar este processo quando F. -que está inserida em um projeto governamental de ressocialização para crianças e adolescentes com uma metodologia pedagógica particular e que de antemão, visa o resguardo dos direitos desta população mediante à sociedade e ao Estado-, adquiri a mesma percepção do autor por sua própria realidade e vivência, não se reconhecendo como indivíduo passível de mudanças sociais significativas a partir da instituição. Dentro desta estrutura, ela não consegue ser protagonista justamente por representar o marginal, aquele que deve ser penitenciado em um processo de adequação que é desconfortável para ela, como a mesma tentou demonstrar durante nosso diálogo. O sujeito histórico de F., não foi melhor aprofundado nem mesmo colocado em evidência durante os 10 meses de participação, uma vez que a mesma abstrai o projeto como não agregador de mudanças e sim, uma perda de tempo e até mesmo de dinheiro.

Neste momento, é preciso refletir também como o sistema capitalista atua na marginalização constante desses jovens, uma vez que, para alguém da periferia que em algum momento cumpriu alguma medida de ressocialização, o tratamento social pode não mudar, pois agora é possível ver que não é este o papel principal de uma instituição como a assistência social que propõe em seus demais setores (como o CREAS) a viabilidade de medidas socioeducativas. A não garantia de oportunidade dentro do capitalismo é autêntica, logo, uma pessoa nestas condições terá ainda mais dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e se conseguir, lidará com os limites da ascensão social para quem é da periferia. Este é o momento em que enxergamos na fala de F., “[...] Não, não mudou nada”, a não mudança para fora dali. Esta pessoa pode ainda não ser bem vista por suas vestimentas, por seu jeito de falar, de andar, por seu gênero e por sua raça. Não basta que o jovem consiga um emprego regular ou termine o ensino médio. Se as condições que precedem sua vivência forem

marginalizadas, seu processo de ascensão social será árduo, uma vez que sempre serão enxergadas como parte da base.

É importante analisarmos o processo de capital cultural (NOGUEIRA et al., 2001) também refletido na relação aqui observada, pois há um herança cultural transmitida principalmente entre as instituições com premissas educadoras e pensando em medidas socioeducativas, vemos que o método pedagógico de ressocializá-los é justamente a tentativa de reinserir novamente jovens marginalizados, à base marginalizada da sociedade e de forma branda, passiva. Ela não pode e não será revolucionária, uma vez que o serviço nasce a partir das contradições do Estado conservador e dele ainda faz parte.

O capital cultural nesse sentido, é moldador de condutas, de etiquetas aceitáveis no contexto social capitalista. Não à toa, uma das atividades oficialmente presentes nos programas são as oficinas voltadas ao mercado de trabalho para adolescentes. Veja, não há plena reflexão sobre a própria vida e identidade dessas crianças e jovens quando ali estão participando de palestras ou reuniões, a perspectiva para eles é a de estarem ali por obrigação, cumprindo e esperando pelo encerramento da pena. As atividades não promovem estes horizontes reflexivos, não à toa a jovem entrevistada diz não ver diferenças entre os servidores do local que são psicólogas e assistentes sociais, com juízes ou promotores que fazem parte de instâncias punitivas.

A violência simbólica também é aqui representada (NOGUEIRA et al., 2001), principalmente quando a jovem fala abertamente sobre não ver dentro das instituições, uma saída para o problema e que a mudança de vida perpassa por um processo pessoal. Vemos então, o enraizamento da aculturação hegemônica, provocando um processo de violência sobre jovens nas mesmas condições, já que tiram deles a noção de pertencimento e de protagonismo social, condicionando-os à subalternidade de uma forma ampla, onde sua conduta e cultura devem ser corrigidas. Logo, é difícil para o indivíduo inserido em contextos periféricos não manter uma imagem bastarda sobre si mesmo e sobre sua própria comunidade, colocando sobre si, ideias da cultura dominante como forma de se distanciar da marginalização, processo este que reforça inclusive, ideias meritocráticos. Este movimento é de fato, um exemplo na materialidade de como a cultura hegemônica e conservadora manipula as classes e culturas subalternas para benefício próprio.

Fazendo jus a fala da entrevista em que ela reconhece “[...] ou a cadeia ou a morte” como finalidade para aqueles que vivem a vida “errada”, é ver o peso que é ser ressocializado

(a) a partir da moralidade institucional e para o interesse da ordem dominante. A maior infração cometida em vida por jovens que correspondem ao perfil de “ressocializados” é terem nascido na periferia. Ser encarcerado ou morrer é, nesta visão, um aviso dado pela família que teme a perda de um filho (a) pela imagem de violência e conflito dentro das comunidades, pela sociedade que marginaliza crianças e jovens pela sua linguagem, raça, gênero e conduta subversiva e pelas instituições regulares que buscam no apagamento cultural desta população, o controle de suas vidas.

Ademais, foi possível perceber como é a atuação das medidas de forma prática e ver como a instituição se materializa diante dos jovens que participam dos programas de ressocialização. É preciso ressaltar que a evolução dos direitos das crianças e adolescentes que se acentuaram com a Constituição de 1988 e posteriormente com a criação do ECA em 1990, avançaram juridicamente diante de medidas como o Código dos Menores de Mello Mattos de 1927, que controlava e aprofundava as desigualdades sociais. O processo de construção das alternativas penais para este público no Brasil é uma conquista dos movimentos sociais que viram na necessidade dos jovens de famílias pobres e em situação de rua desde pequenos, a luta pelo direito à infância, que só fora ser oficialmente reconhecido através da nossa constituição. Com isso, foi possível não ignorar a urgência pela dignidade destes jovens que diante das desigualdades, eram encarcerados por terem necessidades básicas de sobrevivência, considerados sem cultura, indigentes e vistos como marginais por essência.

A cultura dominante e conservadora por trás das instituições é responsável por fazer com que o processo de transição do Código Mello Mattos para o ECA tenha uma diferença de 63 anos, uma vez que para os interesses do Estado, as crianças e adolescentes da periferia seriam apenas mão de obra barata sem a necessidade de direitos específicos que pudessem dar-lhes seguridade social. Assim, ao retornarmos para o presente, onde lidamos com as medidas socioeducativas que protegem essa população do cárcere privado de forma direta e objetiva, há honestidade em dizer que o serviço é necessário e deve se manter presente.

Precisamos reiterar que a partir das observações e para além das críticas, nota-se a ação do serviço em preservar os direitos dos jovens e adolescentes de forma ética, uma vez que outras instâncias aliadas a ele possuem a tendência de marginalizar ainda mais o indivíduo durante o processo de abordagem, julgamento e cumprimento de uma pena. Entretanto, vale lembrar que não identifica-se nas atividades realizadas com os jovens entrevistados, um processo de reflexão acerca das próprias demandas que a desigualdade

social provoca, uma vez que os próprios indivíduos já são atravessados anteriormente por essas desigualdades e se não fosse este o principal motivo de sua marginalização, não seriam submetidos a ressocialização dentro de uma instituição filha de um Estado conservador, que carrega consigo uma herança ideológica e limitadora da base popular periférica.

Esta herança me faz pensar, inclusive, como o sentimento de vigilância -outrora usado como ferramenta de repressão no Código Mello Mattos- não foi superada diante dos olhos da jovem entrevistada, que sente-se incomodada com a participação incisiva da equipe de assistência social ao tentar contato constante com ela e sua família nos dias atuais, onde juridicamente a estrutura dos programas de ressocialização devem provocar o afastamento de uma atmosfera repressiva e reacionária. As mudanças históricas são um fato e os avanços no serviço são evidentes, mas o olhar da periferia para os projetos é ainda de desconfiança e de distanciamento.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o CREAS é uma unidade de assistência social que integra a rede de proteção social e tem como objetivo oferecer atendimento especializado a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. A instituição é, assim, responsável por desenvolver ações de média complexidade, abordadas para a prevenção e enfrentamento de violação de direitos. O serviço de média complexidade oferecido pelo CREAS está diretamente relacionado aos jovens participantes das medidas de liberdade assistida. A liberdade assistida é uma medida socioeducativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e é aplicada a jovens que cometem atos infracionais, bem como a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

As medidas buscam promover a ressocialização do jovem, fornecendo apoio e acompanhamento para sua reintegração social. Nesse contexto, o CREAS desempenha um papel fundamental ao oferecer serviços como atendimento psicossocial, orientação e apoio sociofamiliar, acompanhamento individualizado, acesso a atividades socioeducativas, entre outros. Esses serviços são voltados para auxiliar o jovem em sua reintegração na sociedade, garantindo o cumprimento da medida socioeducativa e confiante para a prevenção de novos atos infracionais.

No entanto, é importante ressaltar que a realidade dos jovens que participam das medidas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade está intrinsecamente ligada às desigualdades sociais e à falta de oportunidades, uma vez que (e considerando os dados obtidos pela presente pesquisa), os jovens observados são em maioria, da periferia local. A desigualdade de oportunidades enfrentada por esses jovens é decorrente de fatores como a condição socioeconômica, a falta de acesso à educação de qualidade, o preconceito racial e os limites estruturais que corroboram para seu processo de marginalização constante.

Essas desigualdades de oportunidades impactam diretamente o processo de reintegração social dos jovens, dificultando a superação de suas dificuldades e a construção de um futuro mais promissor. A falta de oportunidades perpetua um ciclo de exclusão social, aumentando as chances de reincidência em atos infracionais. Diante desse panorama, o trabalho realizado pelo CREAS no interior do Inovamente em Chapecó/SC, e no contexto de

serviço de média complexidade, é enfrentar essas desigualdades de oportunidades. Por meio de abordagens multidisciplinares, o CREAS tenta promover igualdade de oportunidades, oferecer suporte emocional, apoio psicossocial e encaminhamentos para garantir que esses jovens tenham acesso a serviços essenciais, como educação, capacitação profissional, cultura e esporte.

Vimos, por exemplo, a presença do Inovamente como materialização local de medidas sociais que, por lei, se construíram ao longo dos anos no país diante de mobilizações populares por um Estatuto da Criança e do Adolescente digno, que mostra os impasses provocados pelo capitalismo e a própria limitação institucional em decorrência de um Estado conservador, na tentativa de dar direitos e segurança a essa população. Veja, a assistência social e seu setores como CREAS e localmente falando, o Inovamente, não surgem com a premissa de resolver o problema, uma vez que estes serviços nascem nas falhas sociais do Estado e propositalmente por elas, são limitados. Um exemplo é que até mesmo a mudança de local do Inovamente do centro de Chapecó à região norte da cidade, com a justificativa de uma melhor estrutura agregada a outros setores da assistência social do município, prolonga o tempo de trajeto das zonas periféricas para chegar até o local, o que pode propiciar indiretamente, a falta de presença dos participantes dos programas, pelo menos em período de adaptação ao novo ambiente.

A capacidade de ação do serviço é justamente, identificar os processos de imoralidade institucional com jovens e adolescentes, as inseguranças sociais e os processos de violência diante da realidade desigual de cada um deles, aplicando a regularidade de suporte à população que encontra-se em vulnerabilidade. Nesse sentido, ressalto que o papel dos servidores da assistência social, que dão vida ao Inovamente, é bastante competente, uma vez que é visível a disposição para organizar as atividades, manter um bom relacionamento com os participantes dos projetos e prosseguir com os atendimentos individualizados, tudo em conformidade com o próprio regulamento das medidas. O contato com as crianças e adolescentes, para além dos encontros semanais, tornam-os servidores conscientes sobre as dificuldades encontradas por cada jovem em acompanhamento. Em suma, é fundamental que o CREAS estabeleça ainda mais parcerias com outras instituições, como escolas, empresas, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais, para ampliar as oportunidades disponíveis para esses jovens. A criação de programas de qualificação profissional, atividades de inclusão social e apoio na busca por emprego, como vimos, são medidas já adotadas pelo

serviço para tentar combater as desigualdades e proporcionar uma reintegração efetiva, mas, além disso, é importante manter contato também com a comunidade externa e tentar nas atividades de ressocialização, meios de resgate cultural e pertencimento destes jovens no contexto social brasileiro. Tentar não uma ressocialização, mas sim, a restauração do sujeito histórico destes indivíduos torna-se uma ferramenta para ajudá-los a conhecer melhor a si e a própria realidade que os cerca. Ampliar as perspectivas das crianças e adolescentes marginalizados pela sua realidade e dar caminhos para que estes vejam as estruturas que os limitam, pode ser o começo para fortalecer neles o protagonismo subversivo e já existente de uma periferia plural que produz arte, resistência e acima de tudo, culturas.

## REFERÊNCIAS

A Miséria do mundo. Sob direção de Pierre Bourdieu. A. Accardo, et. al. Texto: **Os excluídos do Interior**. Petrópolis, RJ: .Vozes, 4ed, 2001.

ANJOS, Lídia Carla Araújo dos. REBOUÇAS, Gabriela Maia. **Da concepção de "menor" ao surgimento da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos: uma compreensão histórica**. Publicação XXIII Congresso Nacional do COMPEDI/UFPB, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/>> Acesso em: 27 jul. 2023.

CEBRAP. **CEBRAP: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc, 2016.

Construção histórica do Estatuto - Infância e Juventude - **Poder Judiciário de Santa Catarina**. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/web/infancia-e-juventude/coordenadoria-estadual-da-infancia-e-da-juventude/campanhas/eca-30-anos/construcao-historica-do-estatuto#:~:text=Criada%20em%2013%20de%20julho,como%20sujeitos%20a%20ter%20direitos.>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

**Curso de Especialização Gestão da Educação do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-1/violencia-simbolica.html>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Escritos da educação. Sob direção de Pierre Bourdieu. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.). Texto: **A escola conservadora**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3ed, 2001.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete ; TURATO, Egberto Ribeiro. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Cadernos de Saúde Pública, v. 24, n. 1, p. 17–27, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2008.v24n1/17-27/>>. Acesso em: 20 Mar. 2022.

Gomes, Edlaine de Campos. **A Exposição Da Dor: Diferentes Perspectivas E Percepções Acerca Da Violência Urbana**. Religião & Sociedade, vol. 27, no. 1, July 2007, pp. 193–197, <https://doi.org/10.1590/s0100-85872007000100010>. Accessed 31 Oct. 2022.

Governo Federal. **Orientações gerais sobre a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) no âmbito do SUAS**. Ministério da Cidadania. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/consultaspublicas/consultas-abertas/GuiaLAconsultapblica.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2023.

GUAREZI, Cláudia. **Prestação de serviços à comunidade: uma medida cidadã**. 2004. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

IZABEL, P. ; PIRES, Scheidt. **Política nacional de assistência social, SUAS e legislações pertinentes**. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:



<[https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/Capa\\_citacao/material\\_apoio/mariaizabel\\_suas.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Capa_citacao/material_apoio/mariaizabel_suas.pdf)>. Acesso em: 17 Fev 2022.

MAIA DE AZEVEDO, M. **O código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior.** 2007. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo\\_mello\\_mattos\\_seus\\_reflexos.pdf](https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MANSANO, SRV. **Projeto de prestação de serviços à comunidade: uma proposta alternativa para apenados.** SILVEIRA, AF., et al., org. Cidadania e participação social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 60-65. ISBN: 978-85-99662-88-5. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 13 mar. 2023.

Padilha, J. (Diretor). (2002). **Ônibus 174.** Globoplay. Brasil.

PINHEIRO, . DE A. A. **A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte.** Psicologia em Estudo, v. 9, n. 3, p. 343–355, dez. 2004.

Prefeitura de Chapecó/SC. **Plano plurianual de assistência social (2017-2021).** 2017.

SANTOS, Karine; RIBEIRO, Mara Cristina; DE, Ulisses; et al. **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 655–664, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/kvr3D7Q3vsYjrFGLNprpttS/?lang=pt>>. Acesso em: 20 Mar. 2022.